

INFORME DA 6^a REUNIÃO DO GTA – RH PARANÁ

Realizou-se em 03/08/2021 das 14:30 às 16:00 na plataforma Microsoft Teams a sexta reunião do GTA – RH Paraná.

Participaram os representantes de Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, além dos integrantes do GTI – RH Paraná, composto pelos representantes das unidades organizacionais da ANA: SRE, SOE, SPR, SFI, SGH e SAS. Excepcionalmente foram convidados a Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia - SEE/MME, do Ministério de Infraestrutura – MInfra e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT. A reunião foi coordenada pelo Superintendente Patrick Thomas.

Após a abertura feita pela ANA, foi dada a palavra aos representantes do MInfra e DNIT que apresentaram as tratativas junto com DH-SP, ONS, ANA e concessionárias para prolongar a operação da hidrovia Tietê – Paraná até o final de agosto de 2021. O DAEE e a CETESB foram envolvidos pois os estudos para estender a navegação na hidrovia até agosto envolvem a operação da UHE Barra Bonita, de domínio de São Paulo. Estão sendo realizadas reuniões semanais para discutir as alternativas para manter a navegação na Hidrovia Tietê Paraná entre DH-SP, Dnit, MInfra, AES Brasil, ONS, ANA, ANTAQ e Casa Civil, como, por exemplo, a redução do calado (inferior a 2,40 m), que limita a navegação para algumas embarcações.

Na sequência foi dada a palavra a SEE/MME que fez uma apresentação sobre as atribuições da CREG e seus objetivos. É composta pelos Ministérios de Minas e Energia; da Economia; da Infraestrutura; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Meio Ambiente; e do Desenvolvimento Regional. Com o objetivo de atuar no período de crise, a vigência da CREG termina em 30 de dezembro de 2021. À CREG compete definir diretrizes obrigatórias para, em caráter excepcional e temporário, estabelecer limites de uso, armazenamento e vazão das usinas hidrelétricas e eventuais medidas mitigadoras associadas e decidir sobre a homologação das deliberações do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE. Como explicado pelo representante do MME, o CMSE não é uma instância decisória, mas emite recomendações para outros órgãos do setor elétrico.

Na sequência, a ANA concedeu a palavra para esclarecimento de dúvidas e manifestação dos representantes dos estados.

Goiás mencionou que tem se verificado decréscimo acentuado das vazões no rio Meia Ponte (bacia do Paranaíba), que abastece Goiânia e região metropolitana. Já há restrições para irrigação nessa bacia. Questionou se haverá a necessidade de restrição de uso da água para o Polo de Irrigação de Cristalina que está localizado na bacia do São Marcos (bacia do Paranaíba), o que acarretaria impacto para o estado de Goiás.

A ANA respondeu que na avaliação para emissão da Declaração de Situação de Escassez de Recursos Hídricos, não se identificou a necessidade de restrição de outros usos (talvez a necessidade de adaptação das captações). Foi verificado déficit hídrico apenas de algumas bacias de cabeceira, mas que não tem relação com a atual crise hídrica.

A SEE reforçou que a intenção é causar o menor impacto possível nos outros usos e usar o máximo de energia térmica para reduzir a necessidade de geração hidrelétrica. Há necessidade de gerenciar o risco de “queda” da transmissão do que está sendo produzido no Nordeste. O objetivo é armazenar o máximo possível nos reservatórios de cabeceira.

Os destaques na manifestação dos estados são:

- SP: há monitoramento constante dos mananciais de abastecimento público feito pela Sabesp e pelo DAEE. Na próxima reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH será apresentado esse plano de monitoramento. Dos 645 municípios paulistas, 7 estão em situação crítica;
- GO: acrescentou a sua fala anterior que há monitoramento telemétrico de captações. Há a possibilidade de redução de 25% das vazões captadas (exceto para saneamento) a montante dos abastecimentos do rio Meia Ponte (abastece Goiânia) e no rio Piancó (abastece Anápolis). Hoje foi inaugurada uma ETA compacta para auxiliar a ETA principal (total de 1000 L/s).
- MG: situação mais crítica nas bacias dos rios Doce, Mucuri e do leste de Minas. Algumas já estão em restrição. Há algumas bacias afluentes do São Francisco que estão em alerta. Não há ainda restrições de uso na bacia do Paraná.
- PR: O sistema de racionamento de abastecimento da Curitiba já está em curso. A Sanepar tem a concessão dos maiores municípios, que são acompanhados de perto pelo IAT. Há o monitoramento dos mananciais de abastecimento dos municípios menos estruturados e busca por alternativas como a perfuração de poços. As cabeceiras do Paranapanema são a região mais sensível. O estado estuda a possibilidade de expansão da declaração de escassez para todo estado (atualmente só há na região metropolitana de Curitiba e região sul do estado). No momento, não há restrições de uso na bacia do Paraná.
- MS: há grande deficiência de dados (medidas de vazões trimestrais prejudicadas pela pandemia). Não há nenhuma reclamação por parte do abastecimento ou outros usos. A preocupação é a redução da UHE Porto Primavera de 2900 m³/s para 2700 m³/s, que pode ter impacto nos demais usos e no parque do Iviema.

A SEE explicou que quer reduzir o máximo possível a defluência em Porto Primavera. Isso está sendo avaliado devido às limitações físicas e ambientais.

Por fim, a ANA agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião. A próxima reunião foi agendada para o dia 13 de agosto, 6ª feira, as 9:30.